



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255, São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DECISÃO**

Processo Físico nº: **0010471-41.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Ademir Donizete Rubim Moterani e outros**

Justiça Gratuita

**VISTOS**

Os réus **ALEXANDRO LANCENI e JEFERSON JUNIOR SANTOS DE JESUS** foram condenados neste processo como incurso no artigo 349 do Código Penal, sendo a condenação do primeiro de 2 meses e 10 dias de detenção e 11 dias-multa, no valor mínimo, em regime semiaberto, enquanto que o segundo teve condenação de 1 mês de detenção e 10 dias-multa. (fls. 235). A sentença transitou em julgado para o MP e para a Defesa (fls. 251).

Os réus citados permaneceram presos de 9/10/2014 até 06/02/2015, tendo cumprido por três meses e 28 dias de prisão, tempo muito superior às penas restritivas de liberdade que sofreram, como também somados os dias-multa que receberam.

O Ministério Público concordou com a detração da pena restritiva de liberdade, mas discordou com aplicação da detração nas penas pecuniárias (fls. 258/260).

Brevemente relatados, decido a questão levantada.

Nada impede que o Juízo da condenação examine questões ligadas à execução da pena quando estas se verificarem no decorrer do processo do conhecimento, como ocorreu no caso dos autos. Aliás, na própria sentença condenatória poderia o magistrado declarar extinta a pena



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255, São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

imposta desde que cumprida, dispensando-se a expedição da guia de recolhimento,

Nesse sentido:

COMPETÊNCIA - Ausência de carta de guia - Apreciação de questões decorrentes de sentença condenatória pelo Juiz do processo de conhecimento - Possibilidade: A Vara das Execuções não tem exclusividade para resolver questões decorrentes da sentença condenatória, que não podem ficar no aguardo do cumprimento de trâmites burocráticos, sendo certo que mesmo após proferida a sentença condenatória e antes da remessa dos autos ao juízo executório, o Juiz que preside o processo de conhecimento é competente para o deslinde de certas questões como a concessão de "sursis", prisão-albergue, expedição de alvará de soltura, dentre outras. (TACrimSP - Agr. em Execução nº 836.875/2 - 11ª Câmara - Rel. Eduardo Pereira - J. 13.12.93 - RJDTACRIM 21/39).

No caso dos autos, quando da prolação da sentença condenatória, revogou-se a prisão preventiva dos réus, com determinação para a expedição do respectivo alvará de soltura, justamente diante do resultado aplicado.

Nos termos do artigo 42 do Código Penal, o tempo de prisão provisória computa-se para efeito do cumprimento da pena aplicada.

No que respeita à pena pecuniária, hoje definida em dias-multa, a despeito do disposto no artigo 51 do CP ter definido que a multa passou a ser considerada dívida de valor, entendo possível que também em relação a ela seja aplicado, por analogia, a detração prevista no artigo 42 do mesmo Código, pois não se pode aceitar que o réu, mesmo tendo permanecido preso por tempo superior aos dias-multa aplicados, continue com a obrigação de pagar a pena pecuniária que já purgou de forma mais severa.

Nesse sentido inúmeras decisões do extinto Tribunal de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255, São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Alçada Criminal, cujos fundamentos continuam presentes na situação atual, mesmo sem previsão de haver a conversão em pena restritiva de liberdade dos dias-multa aplicados, a saber:

**PENA – Multa - Detração - Dedução do tempo de prisão provisória - Admissibilidade.**

Admissível a detração com relação à pena de multa, deduzindo-se o tempo de prisão provisória do réu, por aplicação analógica do artigo 42 do CP, presente a possibilidade de conversão da pecúnia em detenção uma vez não paga, a cada dia-multa correspondendo um de detenção (artigo 51 e parágrafo primeiro, do CP), reconvertido em multa eventual saldo da pena pecuniária, a ser executado na forma dos artigos 164-166 da Lei nº 7.210/84. Irrelevante em tal tema discutir-se a diferença entre a pena corporal originária (retributiva) e a decorrente de conversão (de natureza coercitiva), a ambas aplicável o dispositivo. O não se admitir sua aplicação na hipótese geraria situação de profunda injustiça, eis que o réu primário e de escassa periculosidade, contemplado, por isso, com multa, teria de pagá-la, embora tivesse ficado preso provisoriamente, premiado o infrator reincidente e perigoso, colocado imediatamente em liberdade, em face da aplicação da detração.

(TACrimSP - Ag. nº 552.801-0 - 5ª Câ. - Rel. Des. Juiz Walter Swensson - J. 01.03.89).

**DETRAÇÃO Aplicação sobre a pena de multa - Admissibilidade: - Inteligência: artigo 42 do Código Penal, artigo 76, parágrafo quarto e sexto da Lei Federal nº 9.099/95.**

Em se tratando de pena de multa, mostra-se aplicável a detração, pois consistiria em verdadeiro paradoxo e, desta feita, flagrante injustiça, admitir-se a incidência deste instituto para o mais, isto é, para a pena privativa, e negá-la para o menos, cabendo, in casu, aplicação analógica in bonam partem.

(TACrimSP - Ap. nº 1.002.215/6 - 4ª Câ. - Rel. Canellas de Godoy - J. 17.12.96). RJTACRIM 34/134

**DETRAÇÃO - Incidência sobre a pena de multa - Possibilidade:**

É possível descontar-se da pena de multa o tempo em que o sentenciado permaneceu preso provisoriamente, pois, apesar de inexistir previsão legal nesse sentido, impõe-se a aplicação analógica in bonam partem, uma vez que seria contraditório



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255, São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

admitir-se a detração para a reprimenda mais grave - privativa de liberdade - e a negar para a mais branda pecuniária.

(TACrimSP - Agr. em Exec. nº 1.184.889/3 - São Bernardo do Campo - 4ª Câ. - Rel. Devienne Ferraz - J. 22.02.2000 - v.u.).

**PENA DE MULTA - Conversão em detenção - Aplicação de detração com base em prisão cautelar - Possibilidade: - Inteligência: artigo 42 do Código Penal.**

Ocorrendo a hipótese do artigo 51, do CP, é aplicada a conversão prevista em seu parágrafo primeiro, e possível, por analogia ao disposto no artigo 42, do CP, o abatimento do tempo de prisão cautelar no número de dias-multa aplicado ao condenado, por razões de equidade e celeridade, pois a execução da sanção pecuniária quando o réu já cumpriu prisão cautelar suficiente para resgatar os dias-multa, implica em excesso de execução.

(TACrimSP - Agr. em Exec. nº 834.963/1 - 13ª Câ. - Rel. Desig. Teixeira de Freitas - J. 17.05.94 - RJDTACRIM 23/48).

**PENA DE MULTA - Réu que fica preso durante o processo e ao final é condenado só a sanção pecuniária - Detração - Possibilidade:**

É admissível a aplicação da detração penal ao condenado que fica preso durante o processo e ao final é condenado só a sanção pecuniária, pois, se pode o sentenciado beneficiar-se com a detração na sanção mais grave, pode também se beneficiar na sanção mais leve.

(TACrimSP - Agr. em Execução nº 836.875/2 - 11ª Câ. - Rel. Eduardo Pereira - J. 13.12.93 - RJDTACRIM 21/39).

**DETRAÇÃO** - Condenado preso provisoriamente por tempo superior àquele que decorreria da conversão da pena de multa em pena de detenção - Extinção da pena de multa - Admissibilidade - Aplicação analógica do artigo 51, parágrafo primeiro, do CP - Inteligência: artigo 51, parágrafo primeiro do Código Penal.

Tendo o condenado sido preso, em sede de prisão provisória, por tempo superior àquele que decorreria se a pena de multa fosse convertida em pena de detenção, aplica-se, por analogia, o artigo 51, parágrafo primeiro, do CP, para extinção da pena de multa.

(TACrimSP - Ag. em Exec. nº 539.811/3 - 4ª Câ. - Rel. Walter Theodósio - J. 14.11.88 - RJDTACRIM 3/43).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255, São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

PENA DE MULTA - Admissibilidade de detração - Aplicação analógica - Inteligência: artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 42 do Código Penal. A melhor exegese jurídica do artigo 4º da LICC é a que autoriza o intérprete a utilizar a analogia sem maiores bloqueios, a partir da força atrativa das idéias que emergem dos textos legais. Desde quando o legislador criou a ficção do dia-multa, instituindo a figura híbrida que resulta da junção da fração de tempo com a fração de um valor patrimonial, a compensação do fator tempo com o fator pecúnia surge como fenômeno admissível, escudado validamente no instituto invocado.

(TACrimSP - Ag. em Exec. nº 547.005/5 - 4ª Câmara - Rel. Oliveira Ribeiro - J. 28.03.89 - RJDTCRIM 3/42).

PENA DE MULTA - Detração - Reconhecimento do direito do condenado por já ter cumprido a reprimenda provisoriamente - Inteligência do artigo 42 do CP - Recurso do Ministério Público improvido.

É admissível a aplicação da detração em pena de multa, quando o agente estava preso provisoriamente em decorrência de flagrante. (TACrimSP - Ag. em Exec. nº 541.897/5 - 6ª Câmara - Rel. Álvaro Barrense - J. 25.10.88 - RJDTCRIM 2/36).

Posto isto, entendendo cumpridas, declaro extintas as penas impostas aos réus **ALEXANDRO LANCENI e JEFERSON JUNIOR SANTOS DE JESUS** neste processo.

Façam-se as anotações e comunicações.

P. R. I.

São Carlos, 16 de março de 2015

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**

**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**